



## ESPIRITO SANTO

# Serafim Gerson Camilo é vice-presidente da Federação Estadual dos Conselhos



O presidente do Sindseg-GV/ES, Serafim Gerson Camilo é o vice-presidente da Federação Estadual dos Conselhos (regional 1, 2 e 3) que compreende o Centro de Vitória e bairros adjacentes. A federação é formada por conselhos de segurança comunitária que envolvem todo o estado do Espírito Santo.

A Federação Estadual dos Conselhos se reuniu na noite desta segunda-feira (28), no auditório do sindicato onde foram apresentados os fomentos e convênios firmados pela entidade e, além disso, recepcionar o Conselho da regional 1, 2 e 3. A participação do presidente do Sindseg-GV/ES no conselho é estratégica pelo fato da entidade representar os seguranças patrimoniais, que são uma força aliada a segurança pública.

“É uma honra para mim integrar a federação compondo a regional porque assim como os demais integrantes, nós identificamos os problemas existentes no centro de Vitória e também temos muito a contribuir para o grupo”, afirma Serafim.

Já para o presidente da Federação, Márcio Roney Santos Correia, o sindicato será parceiro do conselho que está sendo criado. “O sindicato tem uma força muito grande de representatividade na Grande Vitória e tenho certeza que, um representante do sindicato

no conselho de segurança dará mais força e credibilidade às pautas que temos junto ao governo municipal e estadual”.

Márcio diz ainda que a organização existe há dois anos e tem o objetivo de congregar os conselhos comunitários de segurança do Espírito Santo.

“Temos pessoas de vários municípios que fazem parte da federação e promovemos reuniões, capacitação e organizamos a criação de novos conselhos no Estado, pois sabemos que precisa da participação da sociedade junto à polícia e aos demais órgãos de segurança para termos uma região de melhor convivência e uma polícia mais cidadã”, explica.

Os participantes como conselho de comunidade têm autonomia para pleitear junto aos administradores municipais serviços que contribuem para oferecer maior segurança para a população.

“São questões que não dependem da polícia para resolver e nós, como comunidade, através da nossa articulação, podemos interferir. Queremos conscientizar os municípios que ainda não possuem conselho para que criem para uma sociedade mais segura”, finaliza Márcio Roney.

Fonte: SINDSEG GV ES

# Sindsegur participa junto ao Sindicato dos Bancários de paralização em agência do Itaú



Na manhã desta quinta-feira, 31 de agosto, representantes do Sindsegur participaram de uma paralização junto ao Sindicato dos Bancários em frente ao Banco Itaú

A atividade que foi organizada pelos Bancários teve como objetivo denunciar a política de demissões em larga escala do banco, fechamento de agências, assédio moral e metas abusivas.

Vale ressaltar que somente na agência em que foi realizada a paralização seis funcionários foram demitidos, inclusive pessoas com mais de 25 anos de serviço e com pré-aposentadoria garantida pela CCT.

Além das demissões em massa também não estão sendo realizadas novas contratações, tais fatores afetam diretamente os trabalhadores, mas também comprometem a eficiência e a segurança dos serviços disponibilizados aos clientes.

O fechamento das agências do banco também afeta diretamente os trabalhadores terceirizados como vigilantes e ASG com a diminuição de postos de serviço e demissões.

A constante luta do nosso sindicato é para garantir o emprego, inclusive com a ampliação do mercado de trabalho na vigilância patrimonial, por isso a batalha contra as demissões é uma das principais bandeiras da nossa entidade.

Vamos fortalecer a luta contra toda forma de opressão, em defesa dos direitos e por mais conquistas. Juntos somos fortes!

## Confira a nota oficial do Sindicato dos Bancários sobre a paralização no Banco Itaú

Em nome do nosso compromisso e em respeito à população do Rio Grande do Norte, comunicamos que nesta quinta-feira, dia 31 de agosto, os trabalhadores do Banco Itaú estarão de braços cruzados em protesto e resistência diante de questões críticas que impactam tanto a categoria quanto os serviços oferecidos à comunidade.

A motivação subjacente a essa paralisação é impulsionada por demissões em larga escala, encerramento de agências, assédios morais e metas abusivas, que reverberam de forma negativa nas vidas dos trabalhadores e na qualidade do atendimento ao público. Essas circunstâncias não apenas afetam o bem-estar dos trabalhadores, mas também comprometem a eficiência e a segurança dos serviços disponibilizados aos clientes.

Nesse cenário, os funcionários exercem o legítimo direito de manifestação pacífica, elevando suas vozes para destacar essas justas preocupações. É imperativo que a sociedade compreenda os desafios enfrentados pelos trabalhadores do Banco Itaú e reconheça a importância de um ambiente laboral justo e equitativo.

Acreditamos que a luta e o diálogo são os caminhos para alcançar soluções construtivas que beneficiem a todos: trabalhadores, clientes e toda a comunidade. Exigimos que o Banco Itaú considere de maneira séria as questões apresentadas, buscando medidas que aprimorem as condições de trabalho e assegurem a excelência nos serviços prestados.

Nesse momento, agradecemos a compreensão e solidariedade de toda a sociedade. Juntos, podemos aspirar a um ambiente mais justo e respeitoso para todos os trabalhadores, fortalecendo a luta pela valorização e justiça no setor bancário.

Fonte: Sindsegur

# Decreto de Lula institui GT para debater negociação coletiva no setor público

**Luta histórica da CUT, regulamentação da negociação coletiva no setor público, prevista na Convenção 151 da OIT, da qual o Brasil é signatário, será debatida nos próximos meses**



ADALBERTO MARQUES/MGI

Mais uma importante conquista entrou para a história da CUT no dia em que a Central completou 40 anos de lutas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assinou neste 28 de agosto o decreto nº 11.669/2023 que cria um grupo de trabalho (GT) interministerial com participação do movimento sindical para debater a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do direito de sindicalização, de negociação e das relações de trabalho para os servidores da Administração Pública.

Luta histórica da CUT e demais entidades representativas dos trabalhadores e

trabalhadoras do setor público, a regulamentação da Convenção 151 começará a ser debatida com a criação do GT. O Brasil é signatário da convenção, mas não a regulamentou.

“Esse grupo será muito importante porque discutirá em 120 dias as questões que envolvem a negociação coletiva no setor público, os direitos sindicais e o direito de greve, inclusive consolidando propostas já elaboradas ao longo dos tempos”, afirma o Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo.

Ele reforça que essa é uma demanda do movimento sindical, em especial da CUT desde a sua fundação em 1983, porque trata de direitos que todos os trabalhadores formais do país têm, “menos os servidores públicos”.

“Foi um dia histórico. Motivo de orgulho, principalmente porque neste dia a CUT completou 40 anos de luta, resistência e construção dos direitos da classe trabalhadora. Lula nos brindou com essa ação”, celebrou o dirigente.

A partir de agora, a expectativa, segundo Sérgio Ronaldo, é a de que o tema avance nas discussões e o setor tenha regulamentados os seus direitos à negociação coletiva e greve nas administrações públicas federal, estaduais e municipais.

“A expectativa é boa porque com o governo Lula evidentemente é um governo que tem visão voltada para garantir direitos da classe trabalhadora. Agora é arregaçar as mangas e dar andamento ao grupo para que Lula possa, o mais rápido, levar o projeto de lei ao Congresso”.

### **Promessa de campanha**

O Secretário-Geral da Condsef lembra que o olhar para o setor público em seu direito à regulamentação das relações de trabalho era um compromisso firmado por Lula ainda durante a campanha.

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou que ainda na transição foram definidas prioridades do novo governo em relação aos servidores.

O primeiro objetivo era a reabertura da Mesa de Negociação, que cumprimos ainda em fevereiro. O segundo ponto era exatamente a regulamentação da convenção 151”, afirmou a ministra.

### **Resultado da ação da CUT**

No dia 21 de agosto, o presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre, junto com representantes das demais centrais sindicais e de servidores públicos cobraram do governo federal a instalação do GT.

A ministra Esther Dweck, na ocasião, apresentou uma minuta para que o GT fosse instalado o mais rápido possível. O documento ainda precisaria da assinatura do presidente Lula, que estava em viagem à África do Sul.

O Grupo de Trabalho será formado por representantes das centrais sindicais, dos ministérios do Trabalho, Gestão, Casa Civil, Secretaria-Geral da Presidência e dos governos estaduais e municipais.

### **Histórico Convenção 151 no Brasil**

Aprovada pela OIT em 1978, a Convenção nº 151, “Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública”, trata das relações de trabalho, da liberdade sindical e da negociação coletiva no setor público.

A ratificação e incorporação da Convenção ao ordenamento jurídico do Brasil foram solicitadas em 14 de fevereiro de 2008 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2010, foi aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro e um ano depois, em 15 de junho de 2011, entrou em vigor no plano jurídico externo.

Como não houve a regulamentação, o então senador Antonio Anastasia (PSD-MG) apresentou o Projeto de Lei 3.831/2015, aprovado pelo Congresso Nacional, que estabelecia normas gerais para a negociação coletiva na administração pública federal, estadual e municipal.

Mas em dezembro de 2017, o governo de Michel Temer (MDB) vetou o projeto, alegando “vício de iniciativa” por ser esta medida uma prerrogativa do Executivo. Com isso, apesar da ratificação e da vigência, o Brasil não aplica a norma, sob o argumento de que, para isso, é necessária uma lei específica que regulamente a negociação coletiva dos servidores públicos no ordenamento jurídico interno.

Fonte: CUT - André Accarini e Rosely Rocha

# Segunda etapa do Desenrola para dívida de até R\$ 5.000 será no fim de setembro

**Quem recebe até R\$ 2.640 mensais ou esteja inscrito no Cadastro Único vai poder renegociar contas atrasadas**

- **Devedor da Faixa 1 poderá negociar com bancos e empresas de água, luz e telefone.**
- **Negociação será por meio de plataforma digital e deve beneficiar 40 milhões de pessoas.**
- **Programa começou a vigorar em julho, para aqueles que recebem acima de R\$ 2.640.**
- **Segundo a Febraban, já foram negociados quase R\$ 10 bilhões no 1º mês do programa.**



**Segunda etapa será para quem recebe até dois salários mínimos**

A próxima etapa do programa Desenrola Brasil será lançada no fim de setembro. A informação é do Ministério da Fazenda. Havia a expectativa de que começasse no início do mês.

Nessa fase, as pessoas que recebem até dois salários mínimos (R\$ 2.640 mensais), que tenham dívidas de até R\$ 5.000 ou estejam inscritas no Cadastro Único de programas sociais vão poder renegociar as contas atrasadas por meio de uma plataforma digital.

Os devedores da chamada Faixa 1 poderão repactuar dívidas com bancos, varejistas, companhias de água, luz e telefone. O consumidor terá duas opções: pagar o valor reduzido à vista ou financiar em até 60 meses, com taxa de juros de até 1,99% ao mês.

O programa de renegociação começou a vigorar em 17 de julho, para a Faixa 2, que contempla apenas débitos bancários para pessoas físicas com renda acima de dois salários mínimos (R\$ 2.640) até R\$ 20 mil. Nessa etapa, quem tem dívidas bancárias de até R\$ 100 fica automaticamente com o nome limpo nas instituições.

Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), no primeiro mês do programa foram registrados R\$ 9,5 bilhões em volume financeiro negociado, com 6 milhões de registros desnegativados.

No lançamento do programa, a previsão do governo era realizar em agosto o leilão por categoria de crédito, para definir o credor que oferecesse o maior desconto para a dívida a ser renegociada.

Mas o Ministério da Fazenda não informou quando a medida será realizada, só que a negociação para a Faixa 1 começará no fim de setembro.

“A previsão é que a próxima etapa do Desenrola (Faixa 1), voltada a devedores com renda de até dois salários mínimos ou inscritos no CadÚnico e com dívidas de até R\$ 5 mil, se inicie no final do mês de setembro”, afirmou a pasta em nota.

O governo também está desenvolvendo uma plataforma específica para esse público. A repactuação feita exclusivamente na plataforma digital deve beneficiar cerca de 40 milhões de pessoas. No entanto, o valor total de impacto nessa faixa dependerá dos descontos que serão oferecidos pelos bancos aos inadimplentes.

Ao todo, a expectativa é criar condições especiais para facilitar as renegociações de aproximadamente 70 milhões de pessoas. O programa estará vigente até 31 de dezembro de 2023.

FONTE: R7

# CUT 40 anos: formando novas gerações para o futuro do movimento sindical

**Central completa 40 anos formando dirigentes e criando caminhos para a organização da classe trabalhadora**

NALU VACCARIN / MGIORA



**SECRETARIA DE FORMAÇÃO: 40 anos ensinando a lutar**

A luta pelos direitos começa pelo entendimento do que é o movimento sindical e de como fazer chegar aos trabalhadores e trabalhadoras as estratégias e formas de articulação, negociação e luta, junto a empresas e governos por melhores condições de trabalho e de vida. É preciso saber liderar e ter o conhecimento de que a política ligada à economia do Brasil e do mundo impactam diretamente na vida das pessoas para o bem e para o mal e, que por isso sem formação, organização e mobilização, a luta da classe trabalhadora será em vão.

É esta construção de conhecimento que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) faz por meio da sua Secretaria de Formação, promovendo cursos, palestras e debates para que seus dirigentes aperfeiçoem sua atuação sindical na defesa dos direitos e interesses da

classe trabalhadora.

A Secretaria Nacional de Formação executa a Política Nacional de Formação, que é deliberada a partir dos espaços de decisão das plenárias e dos congressos da CUT. Este ano no 14º CONCUT, que será realizado em outubro, serão deliberadas novas resoluções em relação aos eixos estabelecidos pela Central, e a formação é estratégica nesta organização.

A secretária de Formação da CUT Nacional, Rosane Bertotti destaca que o papel da formação foi fundamental para a criação da CUT.

“Talvez muitos não saibam, mas para a CUT chegar aos seus 40 anos, antes foi feito um processo formativo para a realização do congresso de 1983 [Conclat], que culminou com a criação da nossa Central”, conta.



Rosane Bertotti

Ela relembra a ousadia, na época, de se criar uma central para começar a mudar o movimento sindical durante o regime da ditadura.

***Tivemos dirigentes presos, outros tombaram e quando a gente olha para a história de luta do Brasil, da democracia, a gente percebe os sinais, a importância da participação da CUT porque essa Central já nasceu defendendo os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e das trabalhadoras***

- Rosane Bertotti

De acordo com a dirigente, a formação é sempre uma política de base que contribui muito para a estrutura do movimento sindical.

“Eu diria que o movimento sindical que não tenha uma estratégia e uma política formativa ligada à sua ação para seus quadros se perde no tempo e acaba sendo um processo muito mecânico, e não de espaço político que articula a luta em prol da vida das pessoas. A formação é sempre uma política estruturante, como se fosse uma espinha dorsal de um processo organizativo”, declara.

### **A política na Formação**

A CUT sempre teve uma posição política e ideológica bem definida, pautando seu processo formativo a partir da luta de classes, seja no processo de fundação da Central, seja no período democrático nos mandatos do presidente Lula e da presidenta Dilma, seja nesse período mais difícil que vivenciamos com o golpe de 2016, recorda Rosane Bertotti.

“A eleição de Bolsonaro mostra como a formação é um espaço de resistência e luta, de como a organização da CUT é forte”.

Rosane entende que o papel da formação é o de contribuir na ação e na estratégia de “reencantar” e trazer as pessoas para a luta sindical.

“A formação tem o papel de fazer o debate para a reflexão; é também um espaço para a crítica, a avaliação e a elaboração. É avaliação e elaboração, a formação é sempre um vai e vem”, diz.

Segundo Rosane, este é um processo permanente que não pode ser “ah vão fazer uma formação agora e daqui dois anos fazer de novo; não!. Somos teoria e prática, prática e teoria, o tempo todo. A formação tem, necessariamente, um processo permanente articulado com as políticas da Central”.

A cada mandato é elaborado o Plano Nacional de Formação (PNF-CUT). Ele é responsável por formular, gerir e realizar os programas de formação sindical de toda a Rede de Formação da CUT. O PNF-CUT é sempre construído a partir da estratégia política e organizativa da CUT definida nas resoluções dos Congressos Nacionais e dos Fóruns deliberativos da Central, como as Plenárias Estatutárias.

Somada aos programas, temos a Rede Nacional de Formação da CUT. A Rede é constituída de Secretarias de Formação de sindicatos e Ramos, das Estaduais da CUT, das Escolas Sindicais (seis ao todo em diferentes estados) dos Coletivos temáticos e de fóruns de deliberações (Conafor, Enafor e Conferência Nacional de Formação). O Plano não é um referencial pronto e acabado, ele é dinâmico

### **A Formação na prática**

A teoria de como se organizar nos cursos da formação foi colocada em prática pela professora de educação básica de São João do Rio do Peixe, cidade de 18 mil habitantes que fica a 480 km da capital do estado da Paraíba, Patrícia Macário. Ela que atua há oito anos no movimento sindical é também secretária (do que?) da CUT-PB e já fez diversos cursos de formação.

“Os cursos me deram uma base sólida para

atuar no movimento sindical, mas o que mais gostei foi o de negociação coletiva. Esse curso me preparou para representar os trabalhadores em negociações. Fui mais preparada com técnicas e práticas de como me comportar em uma mesa de negociação”, diz Patrícia.

A dirigente cita como exemplo de sucesso em sua atuação, após o curso de formação, a reivindicação para o pagamento do piso nacional da enfermagem em sua cidade.

“O governo federal já repassou a verba para o município pagar o piso, mas na hora de reivindicar o valor, a prefeitura errou ao informar o custo baseado apenas no salário fixo, sem considerar as variáveis como carga horária de 36 horas, entre outras. Isso fez com que a prefeitura recebesse menos do que deveria e fomos nós que alertamos, e agora o Executivo Municipal está fazendo a correção para que os enfermeiros possam receber o que é de direito da categoria”, conta Patrícia.

Ela também diz que até mesmo sindicatos que não são da sua base a procuram porque veem que a CUT tem bons negociadores e pedem ajuda.

“Os cursos da formação nos ajudam e incentivam os trabalhadores a ter essa percepção e compreensão da negociação e de como lutar por nossos direitos”, conclui Patrícia.

### **Parcerias internacionais**

A CUT é reconhecida mundialmente por toda a sua trajetória de lutas e também pela qualidade do seu processo formativo e por isso se articula com diversas entidades sindicais do mundo. Hoje existe a parceria CUT e DGB (central sindical da Alemanha) no projeto “Educação sindical e organização de jovens trabalhadores no Brasil”.

“Quando a gente vai conhecer uma central sindical no mundo, percebemos o quanto essas demais centrais têm seus institutos, suas escolas nacionais, seus processos formativos e elas também “bebem” da nossa experiência como, por exemplo, o nosso Programa de

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Formação de Formadores [FF], que foi irradiado para várias centrais do mundo”, diz Rosane Bertotti.

“Essa relação é de mão dupla. Ao mesmo tempo em que eles nos apoiam e nos financiam também bebem da nossa experiência, da nossa proposta pedagógica, que é uma proposta freiriana, de Paulo Freire, que tem a ver com concepção, estrutura e a prática sindical. Mas isso só é possível por causa da grandeza que a gente tem; grandeza que a CUT tem, e não pela formação que é um resultado dessa ação”, acrescenta a secretária de Formação da CUT Nacional.

Segundo ela, é importante reconhecer que a política de formação é resultado de uma parte da CUT e da articulação a partir da Secretaria de Relações Internacionais da Central.

### **Desafios para o futuro**

O mundo do trabalho foi se transformando ao longo do tempo nas formas e nas novas profissões. Segundo Rosane, o capital sempre teve uma capacidade muito grande de se reinventar e ao mesmo tempo continuar se apropriando e fazendo a expropriação do trabalho.

“Hoje nós vivemos novas formas de pensar o mundo do trabalho e a CUT está atenta em como representar, como avançar, dialogar essa pauta e de como trazer esses trabalhadores para organização sindical”, diz.

Para ela a formação precisa estar atenta à essa conjuntura e como fazer o enfrentamento e o combate do ódio que se estabeleceu no Brasil com a discriminação ao trabalhador LGBTQI+, a violência contra as mulheres e os ataques aos negros e negras.

“A formação tem que estar ligada, incluída nesta realidade que a gente está vivendo e, principalmente, que tenha um processo de trazer os trabalhadores ao movimento sindical, e a partir disso consiga avançar na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras”, conclui.

Fonte: CUT

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF